

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.468.132 - PR (2014/0176861-6)

RELATORA : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
RECORRENTE : UNIÃO
RECORRIDO : CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO-CNPQ
RECORRIDO : FUNDAÇÃO COORDENAÇÃO DE APERFEICOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR - CAPES
REPR. POR : PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RECORRIDO : ALLAN MICHEL ALBUQUERQUE DA SILVA
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial, interposto pela UNIÃO, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, assim ementado:

"AGRAVO EM APELAÇÃO CÍVEL. ADMINISTRATIVO. ENSINO SUPERIOR. BOLSA DE ESTUDOS DO PROGRAMA CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS PARA GRADUAÇÃO-SANDUÍCHE NA FRANÇA. ALUNO DA GRADUAÇÃO DE GEOGRAFIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS EXIGIDOS PELA CAPES. DIREITO AO RECEBIMENTO DO BENEFÍCIO.

Agravo improvido" (fl. 357e).

O acórdão em questão foi objeto de Embargos de Declaração pela União (fls. 364/368e) e pela CAPES e CNPQ (fls. 370/379e), os quais restaram rejeitados, nos termos da seguinte ementa:

"PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA DE OMISSÃO. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO DESPROVIDO.

1. Inexiste, no acórdão embargado, omissão a ser sanada, porquanto o juiz deve decidir a matéria trazida à lide, e não artigos de lei, bastando, para tanto, a exteriorização dos fundamentos jurídicos embasadores do acórdão, não sendo dever do julgador declinar, um a um, todos os dispositivos legais trazidos pelas partes ou eventualmente aplicáveis ao caso.

2. A necessidade de prequestionamento não afasta a necessidade de

Superior Tribunal de Justiça

ocorrência de omissão no acórdão quanto à matéria que se quer prequestionar, isto é: mesmo os declaratórios com fins de prequestionamento devem observar os requisitos previstos no art. 535 do CPC para o seu cabimento.

3. A intenção de rediscutir a matéria e obter novo julgamento pela Turma não encontra nos embargos de declaração a via processual adequada, já que é cabível tal recurso quando na decisão prolatada houver obscuridade, contradição, ou omissão, conforme artigo 535, inc. I e II, do Código de Processo Civil ou, por construção jurisprudencial, erro material.

4. Embargos desprovidos" (fl. 390e).

Nas razões do Recurso Especial, interposto com base no art. 105, III, a, da Constituição Federal, a parte ora recorrente aponta violação aos artigos 3º, 267, VI, 535, II, do CPC/73, 19 a 29 do Decreto-Lei 200/67, 6º, §2º, da LICC, 1º, parágrafo único, da Portaria Interministerial MEC/MCTI nº 01/2013, sustentando que: a) o Tribunal de origem deixou de se manifestar acerca da ilegitimidade passiva da União, bem como acerca da alegação de que não cabe ao Judiciário se imiscuir nas questões de mérito administrativo; b) "a União não pode ser considerada parte legítima para a presente ação em razão do exercício de sua função legislativa e regulamentar" (fl. 406e); c) "não cabe ao Judiciário se imiscuir nas questões de mérito administrativo como é o caso da modificação da relação de cursos contemplados acrescentando ou suprimindo conforme o diagnóstico das necessidades mais prementes da expansão da mobilidade internacional e sua repercussão para o desenvolvimento do país e as medidas estratégicas de Política de Governo, com vistas a avançar na ciência, tecnologia, inovação e competitividade industrial" (fl. 408e).

Por fim, requer o provimento do Recurso Especial.

Não foram apresentadas contrarrazões.

O Recurso Especial foi admitido pelo Tribunal de origem (fl. 463e).

A irresignação não merece prosperar.

Na origem, trata-se de Ação ajuizada pela parte ora recorrida, com o objetivo de que "seja reconhecido seu direito a uma bolsa de estudos de um ano perante uma instituição francesa de ensino, a se iniciar em julho de 2013, por meio do 'Programa Ciência sem Fronteiras'" (fl. 240e).

Julgada procedente a demanda, recorreram os réus, restando mantida a sentença, pelo Tribunal local.

Daí a interposição do presente Recurso Especial.

Inicialmente, em relação ao art. 535 do CPC/73, deve-se ressaltar que o acórdão recorrido, julgado sob a égide do anterior Código de Processo Civil, não incorreu

Superior Tribunal de Justiça

em omissão, uma vez que o voto condutor do julgado apreciou, fundamentadamente, todas as questões necessárias à solução da controvérsia, dando-lhes, contudo, solução jurídica diversa da pretendida pela parte recorrente.

Vale destacar, ainda, que não se pode confundir decisão contrária ao interesse da parte com ausência de fundamentação ou negativa de prestação jurisdicional. Nesse sentido: STJ, REsp 1.129.367/PR, Rel. Ministra DIVA MALERBI (Desembargadora Federal Convocada/TRF 3ª Região), SEGUNDA TURMA, DJe de 17/06/2016; REsp 1.078.082/SP, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 02/06/2016; AgRg no REsp 1.579.573/RN, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 09/05/2016; REsp 1.583.522/SP, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe de 22/04/2016.

Cabe destacar que a alegada ofensa ao art. 6º, §2º, da LICC não foi objeto das razões da Apelação, em 2º Grau, somente tendo sido suscitada pelo recorrente nos Embargos de Declaração, em indevida inovação recursal. Assim, ante a falta de prequestionamento, incide, na hipótese, o óbice da Súmula 211/STJ.

Além disso, o Recurso Especial não constitui via adequada para a análise de eventual ofensa a Resoluções, Portarias ou Instruções Normativas, por não estarem tais atos normativos inseridos no conceito de lei federal, nos termos do art. 105, III, **a**, da Constituição Federal.

No mais, acerca da controvérsia, manifestou-se o Tribunal de origem:

"Com efeito, mesmo que se desconsidere o anexo do Edital, ainda assim o Agravante possui o direito a concorrer às vagas oferecidas, pois o Curso de Geografia está contemplado dentro das ÁREAS E TEMAS CONTEMPLADOS, pois trata-se de curso pertencente ao setor/departamento de Ciências Exatas e da Terra (Item 2 do Edital nº 128/2012).

Ou seja, mesmo com a suspensão do anexo do edital, não houve a clara especificação que os alunos de Geografia não poderiam participar do programa.

(...)

Deste modo, não tendo o Edital excluído do certame os acadêmicos de Geografia, mas, tão somente, deixando em aberto a existência de vagas para Ciências Exatas e da Terra, e sabendo-se que o Ministério da Educação e Cultura enquadrou o curso neste gênero, é de se concluir que os alunos regularmente matriculados no curso de Geografia estão efetivamente aptos a participar do certame.

Registro, ademais, a existência de ofertas formativas, elencadas pelas universidades italianas para o curso de Geografia, demonstrando haver

Superior Tribunal de Justiça

vagas para os acadêmicos da respectiva área.

(...)

No que toca à legitimidade passiva da União, a questão restou bem decidida na sentença, cuja fundamentação adoto como razões de decidir, *in verbis*:

Preliminarmente, afasto a alegada ilegitimidade passiva da União e do CNPq, tendo em vista que o Decreto n.º 7.642/2011, que instituiu o Programa Ciência Sem Fronteiras, expressamente prevê, em seu art. 1º, par. ún., que as ações empreendidas no âmbito do Programa Ciência sem Fronteiras serão complementares às atividades de cooperação internacional e de concessão de bolsas no exterior desenvolvidas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, do Ministério da Educação, e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Ainda, em seus arts. 8º e 9º, dispõe que para atender aos objetivos do Programa Ciência sem Fronteiras, a CAPES e o CNPq concederão bolsas de estudos em instituições de excelência no exterior, na modalidade graduação-sanduíche, como no caso em tela e, que a CAPES e o CNPq promoverão chamadas públicas, conjuntamente, para divulgação do processo de concessão das bolsas referidas no art. 8º e promoverão a seleção dos beneficiários, levando em conta o mérito dos candidatos e dos projetos, respeitadas as especificidades de cada entidade executora. Por fim, conforme se infere dos art. 10 e 11, o Decreto impõe obrigações de órgãos integrantes da Administração Pública Federal direta, tais como o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e Ministério da Educação" (fls. 353/355e).

Desse modo, a modificação das conclusões do acórdão recorrido, acerca da legitimidade passiva da União, bem como acerca do direito da parte autora de concorrer às vagas oferecidas, demandaria a análise do referido edital, assim como a incursão no conteúdo fático-probatório dos autos, o que é vedado, em sede de Recurso Especial, em razão dos óbices das Súmulas 5/STJ e 7/STJ, respectivamente.

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, I e II, do RISTJ, **conheço parcialmente** do Recurso Especial, e, nessa parte, **nego-lhe provimento**.

Deixo de majorar os honorários advocatícios, tendo em vista que o Recurso

Superior Tribunal de Justiça

Especial foi interposto contra acórdão publicado na vigência do CPC/73, tal como dispõe o Enunciado administrativo 7/STJ ("Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016, será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do novo CPC").

I.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES

Relatora

